



VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção

Agricultura Familiar: Crise Alimentar e Mudanças Climáticas Globais

23 a 25 de Junho de 2010

ANAIS

Realização:



Embrapa

Cocais e Planícies Inundáveis
Meio-Norte
Agroindústria Tropical
Cerrados



FAPENÁ
Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

**Banco do
Nordeste**



VIVA
ESPORTE E JUVENTUDE
SECRETARIA DE ESTADO



Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (8.: 2010: São Luís,MA).

Anais do VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção/UEMA, Mestrado em Agroecologia: EMBRAPA. – São Luís: UEMA, 2010.

1 CD-ROM

ISBN: 978-85-86036-57-6

1. Metodologias inovadoras. 2. Sistemas de produção. 3. Recursos naturais. 4. Extrativismo. 5. Desenvolvimento territorial

CDU: 631.151 (063)



Conflitos pelo Acesso aos Recursos Naturais para o Extrativismo da Mangaba em Sergipe, Nordeste do Brasil

Dalva Maria da Mota, Doutora em Sociologia, Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental em Belém; Bolsista de produtividade do CNPq; dalva@cpatu.embrapa.br; **Heribert Schmitz**, Doutor em Ciências Agrárias, Professor de Sociologia da Universidade Federal do Pará em Belém; Bolsista de produtividade do CNPq; heri@amazon.com.br; **Josué Francisco da Silva Júnior**, Mestre em Fruticultura Tropical; Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, josue@cpatc.embrapa.br

Introdução

O nosso propósito neste artigo é analisar as disputas instituídas em torno do acesso aos recursos, mais especificamente, às plantas denominadas de mangabeiras, para a prática do extrativismo nas áreas de restinga e tabuleiros costeiros do Estado de Sergipe. Tradicionalmente, esta atividade tem sido praticada por mulheres, predominantemente negras, que se autocalificam como catadoras de mangaba e que se revezam entre o extrativismo vegetal e animal (coleta de mariscos e crustáceos no mangue), artesanato, agricultura etc. Apesar de terem sido reconhecidas como populações tradicionais pela Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), as catadoras vêm sendo constrangidas nas suas práticas por ações de impedimento do acesso às mangabeiras, particularmente, após a sua mobilização no Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) e da valorização econômica da fruta no mercado regional de produtos frescos e processados. Se até 2007 havia a estimativa de que 80% da mangaba coletada em Sergipe era proveniente das áreas de uso comum, calcula-se que, em 2009, apenas 20% provêm desses locais. No âmbito da mudança, os constrangimentos à continuação das suas atividades, e conseqüentemente, ao seus modos de vida, têm sido impostos, pela corrida dos proprietários (amedrontados quanto à mobilização das catadoras no MCM) para cercamento de suas terras, nas quais até, recentemente, era permitido o livre acesso das catadoras às plantas por meio de relações de camaradagem, compadrio e parentesco ou mesmo pelo pertencimento a um dado território. Estas relações, na atualidade (a partir de 2007), vêm sendo substituídas por acordos mercantis nos quais as catadoras, a partir de um sistema de parceria com o proprietário, coletam as frutas e pagam por caixa ou peso. Outro tipo de constrangimento tem sido imposto pelas iniciativas de políticas públicas estaduais de diversificação das atividades no espaço rural com o incremento de iniciativas não-agrícolas (carcinicultura e infra-estruturas turísticas) e que dependem do corte das plantas, mas também de incentivo à domesticação das mangabeiras pelos que têm terra, inclusive com investimentos na estruturação de canais de comercialização da fruta. Contrariamente, outras iniciativas de políticas públicas têm investido na agregação de valor da fruta proveniente do extrativismo. Em face dos impedimentos do acesso à maior parte das áreas nas quais as catadoras praticavam o extrativismo, se intensificam processos de reestruturação das relações sociais em torno da concorrência de diferentes projetos quanto ao acesso aos recursos no âmbito dos quais a conquista de aliados é fundamental.



A pesquisa

É neste quadro de disputas e tensões que este estudo vem sendo realizado, motivo pelo qual, escolhemos várias situações para a composição do universo da pesquisa, tais como, observações de encontros e reuniões diversas que contaram com a participação exclusiva das catadoras ou de suas lideranças ou ainda quando se reuniam com pesquisadores e técnicos. Além disso, realizamos entrevistas com catadoras, donos de terra, pesquisadores, técnicos da extensão rural, lideranças rurais, dirigentes institucionais e empresários. A pesquisa vem sendo realizada desde 2003, principalmente nos povoados litorâneos, nos quais residem grande parte das catadoras do Estado de Sergipe.

Projetos em disputa

Os investimentos feitos pelos atores para obter mudanças no acesso e nos modos de uso dos recursos nos quais são praticados o extrativismo da mangaba em Sergipe têm evidenciado disputas instituídas em torno de dois projetos que, situacionalmente, têm sido defendidos por diferentes arranjos de interesses. Estes projetos divergem na sua essência quanto ao extrativismo e aos significados do ser catadora sob a ótica de diferentes compreensões quanto à racionalidade econômica em condições socialmente estabelecidas (Félix, 2008).

1- Acesso livre sob regras das catadoras

Sob condições de constrangimento, as catadoras reagem buscando constituir uma organização própria e conquistar aliados que transitem em diferentes espaços, como políticos, presidentes de associações de moradores e de colônias de pescadores, e por segmentos de profissionais associados a instituições de pesquisa e defesa do meio-ambiente que têm se afiliado à idéia de acesso livre a recursos de uso comum amparado no reconhecimento dos direitos dos denominados povos e comunidades tradicionais permanecerem como extrativistas naquele território. Amparados na compreensão de que “os povos e grupos referidos como tradicionais são pequenos produtores familiares que cultivam a terra e/ou praticam atividades extrativista como a pesca, coleta, caça, utilizando-se de técnicas de exploração que causam poucos danos à natureza (Esterci, 2007, p. 224), este projeto se viabilizaria pela institucionalização via política pública de áreas para uso comum, o que garantiria, em tese, a autonomia das mulheres catadoras de mangaba na organização do próprio tempo de trabalho e do ir e vir entre as diferentes atividades. Não passa despercebido a parte dos que se afiliam a este projeto, a problemática da exaustão de alguns recursos (moluscos e crustáceos, por ex.), como também, não existe consenso entre as mulheres quanto aos limites/fronteiras da unidade a ser instalada pelo medo que têm de perder o que já adquiriram (casas ou terrenos anexos). Ou seja, há consenso quanto a idéia de dispor de um espaço garantido pelo poder público para a prática do extrativismo segundo condições idealizadas e pertencentes a um passado com disputas diferentes, mas que ainda não ameaçavam o acesso às plantas. Mas há divergências quanto ao modelo formal de garantia do acesso tanto entre as catadoras como entre os técnicos.

2- Acesso privado

Em oposição à idéia do acesso livre, proprietário de terras, alguns técnicos, grupos de catadoras com terra e empresários de empreendimentos turísticos argumentam a partir da defesa da regulação ao acesso às propriedades sem se deter naquelas áreas ainda não privatizadas (20%). Explicitam



VIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Agricultura Familiar: Crise Alimentar e Mudanças Climáticas Globais

uma identificação com os argumentos das catadoras oponentes e investem nisso reforçando o perigo de perda do direito de propriedade e da liberdade de ir e vir no território. A associação do extrativismo à pilhagem e destruição dos ecossistemas e a sua baixa rentabilidade econômica também são elencados (Lescure, 2000), com ênfase na atuação destrutiva das catadoras que deveria ser substituída por outros tipos de ocupação a serem geradas pelas atividades turísticas. Os críticos a esta proposição argumentam que a grande maioria das catadoras não detém a posse da terra e, assim, seriam colocadas totalmente à margem de qualquer política.

Para Concluir

Grosso modo, foram identificadas afiliações dos atores entrevistados a projetos que explicitam especificidades quanto ao acesso aos recursos e as relações sociais daí decorrentes. Entretanto, situacionalmente, atores que pareciam se confrontar em eventos formais (reuniões interinstitucionais, por ex.) como catadoras e donos de terra, vivenciam interações mediadas por outros conteúdos no dia-a-dia do extrativismo, a exemplo de obtenção de uma autorização para coletar frutos a partir de uma relação de confiança e sem pagamentos. Este tipo de aparente contradição indica que adesão aos projetos pode variar segundo a condição em que as mulheres catadoras se encontram, ou seja, no movimento apoiadas pela institucionalização ou nos seus lugares de residência submersas em relações outras. O comportamento pendular também pode ser observado em alguns técnicos que, a despeito de defenderem o acesso livre, argumentam quanto à necessidade de capacitação das catadoras para dotação das mesmas de uma racionalidade diferente. De um modo ou de outro, os atores se mobilizam para a viabilização dos seus projetos, mas a violência simbólica pela associação recente entre extrativismo e roubo tem inibido a prática da atividade pelos mais jovens e o disfarce da condição de catadora de mangaba por algumas mulheres em situações de tensão. Neste contexto, múltiplos termos, carregados de juízos positivos ou negativos são usualmente utilizados para denominá-los como parte de um jogo de disputas por bens de diferentes naturezas. Enfim, os afiliados a idéia de que o acesso comum seria a solução investem na hegemonia da sua defesa pelos modos de valorização da tradição e da demonstração de que populações são capazes de manter os recursos por longas datas. Contrariamente, os que discordam investem na insistência de uma representação fundamental: a destruição das áreas comuns pela ausência de cuidados com as plantas. Entretanto, em nenhum dos casos é incorporado ao debate o fato de que a miséria expressa nas condições de reprodução física das catadoras e suas famílias influencia nas suas capacidades de cuidar dos recursos.